

## DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

A Lista **A** que se apresenta nestas eleições sob o lema "***Contra o trabalho clandestino e o trabalho não declarado / defender os direitos e melhorar os salários***" é constituída por mulheres e homens, membros dos actuais corpos gerentes ou delegados e activistas sindicais com provas dadas na luta pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores do sector e por uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária, em quem podeis confiar.

Na constituição da Lista procuramos aliar a experiência de alguns à vontade e juventude de outros e assegurar uma razoável representatividade regional, sectorial e profissional.

Somos uma verdadeira **Lista Unitária**, um colectivo capaz de dar continuidade a um passado de luta dos trabalhadores do sector da hotelaria e similares, iniciado com a fundação do Sindicato em 25 de Maio de 1898, um passado de empenhamento e de dedicação à causa pública e, em particular, à causa dos trabalhadores.

Ao aceitarmos a presente candidatura aos Corpos Gerentes do nosso Sindicato para o triénio 2007/2010, assumimos com todos os associados o compromisso de honra de defendermos os direitos e os interesses da classe, o cumprimento dos Estatutos do Sindicato e o presente Programa de Acção.

## PROGRAMA DE ACÇÃO

As eleições para os Corpos Gerentes do nosso Sindicato realizam-se num quadro muito difícil para os trabalhadores e para a população em geral.

O Governo do Partido Socialista, tendo a maioria absoluta na Assembleia da República, utiliza a mesma – que lhe foi dada maioritariamente pelos trabalhadores – para ataques sucessivos aos direitos sociais mais importantes.

Começou por dar uma nova redacção a alguns artigos do Código do Trabalho e, ao contrário do prometido quando estava na oposição, alterou-os para pior, como foi o caso da caducidade das convenções colectivas de trabalho onde, agora, no caso de caducidade, os trabalhadores ficam praticamente sem quaisquer direitos, contrariando a decisão do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucional a redacção proposta pelo PSD/CDS-PP.

Depois foi o ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores da administração pública; o encerramento de maternidades, urgências e outros serviços públicos essenciais; o agravamento e criação de novas taxas moderadoras; a aprovação da nova lei de bases da segurança social, que visa a redução das pensões de reforma ou a obrigação de prolongamento dos anos de trabalho para além dos 65 anos de idade.

Toda esta política teve, e tem, efeitos nefastos no seio das empresas, é um entrave à negociação colectiva, à manutenção dos direitos e à luta pela melhoria dos salários.

Por isso, o Governo do PS mereceu, e merece, a mais viva contestação social. Contestação que teve o seu ponto mais alto na grandiosa jornada nacional de luta promovida pela CGTP-IN no passado dia 2 de Março.

Se for eleita, a Lista **A** pugnará pela participação do Sindicato, por direito próprio, em todos os organismos públicos e privados, designadamente: regiões de turismo, observatórios de turismo, INFTUR, escolas de hotelaria, júris do IEFP e outros e, lutará:

**Pelo direito à contratação colectiva**, como fonte importante dos direitos dos trabalhadores e de progresso social;

**Contra a precaridade dos vínculos laborais** e pelo imperativo constitucional do direito a segurança no emprego;

**Contra o trabalho ilegal e clandestino**, quer seja de trabalhadores portugueses quer seja de trabalhadores estrangeiros;

**Contra o trabalho não declarado**, exigindo das empresas a integração no recibo de vencimento mensal de todas as retribuições auferidas pelos trabalhadores e os descontos devidos para a segurança social e para o IRS;

**Contra a falta de intervenção da Inspeção do Trabalho** e por uma intervenção pronta, responsável, eficaz, coerciva e penalizadora da IGT nas empresas do sector;

**Pela legalização de todos os imigrantes** que efectivamente trabalham no sector, contra a discriminação e o regime de trabalho escravo de que são alvo;

**Pela melhoria dos salários**, e por uma aproximação dos salários dos trabalhadores do sector à média nacional, bem como à média dos países mais desenvolvidos;

**Pela redução do horário de trabalho**, exigindo das empresas os horários máximos de 35 horas semanais, sem redução do salário e com dois dias de descanso semanal consecutivos;

**Pela valorização do trabalho ao fim de semana**, defendendo o pagamento com um acréscimo salarial do trabalho prestado ao sábado e domingo;

**Pela valorização do trabalho nocturno e por turno**, defendendo a melhoria do pagamento do trabalho nocturno e por turno bem como dos horários repartidos;

**Por uma maior justiça fiscal**, defendendo a redução dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e um combate sem tréguas à fraude e à evasão fiscal;

**Por 25 dias úteis de férias** para todos os trabalhadores, sem quaisquer penalizações;

**Por carreiras profissionais dignas**, para todos os trabalhadores, defendendo a progressão automática nas categorias e regimes de diuturnidades, como formas de melhorar os salários, fixar os trabalhadores no sector, combater a rotatividade e melhorar a qualidade do serviço prestado;

**Pelo direito à igualdade**, contra a discriminação do género e todos os tipos de discriminação;

**Pelo direito à formação e certificação profissional**, exigindo das empresas planos anuais de formação profissional certificada;

**Pela unidade dos trabalhadores** nos locais de trabalho, como forma de assegurar os melhores resultados na acção sindical;

**Pelos direitos sindicais**, designadamente o direito à independência e autonomia sindicais, o direito ao crédito de horas para a actividade sindical, o direito à informação e consulta, à protecção legal e à intervenção nos processos judiciais e procedimentos administrativos.

**Pelo reforço do sindicato**, realizando campanhas anuais de sindicalização e de eleição de delegados sindicais.